

# A DESTRUIÇÃO DE DIREITOS E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UMA ANÁLISE DA PERSISTÊNCIA DA SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

MAURI ANTONIO DA SILVA<sup>1</sup>

RICARDO LARA<sup>2</sup>

**Área temática:** Sindicalismo, Movimentos Sociais e Formas de Resistência.

**Resumo:** O artigo analisa as transformações do mundo do trabalho a partir dos anos 1970 quando se inicia a crise estrutural do capital. O método aplicado é o materialismo dialético oriundo de Marx e Engels, utilizando-se de estudo bibliográfico para construção da argumentação. Demonstra-se que há um movimento mundial de retirada de direitos. Para o capitalismo se recuperar da crise e manter as taxas necessárias de acumulação, as respostas são: reestruturação produtiva e implantação do modelo econômico neoliberal. As medidas de austeridades são os caminhos dos países europeus, nas economias latino-americanas aprofundam-se a dependência e a superexploração de seus trabalhadores. No Brasil, várias décadas de neoliberalismo cristalizaram a dependência da economia brasileira em relação aos capitais externos e mantiveram os padrões salariais achatados em relação aos países do capitalismo central. A ofensiva empresarial e estatal para retirada de direitos vem sendo contestada por uma retomada das greves no mundo e no Brasil.

**Palavras-chaves:** crise do capital; superexploração do trabalho; capitalismo dependente

## 1- Introdução

A exploração do trabalho e a degradação da condição de vida dos trabalhadores se agudizam no século XXI, condições necessárias para o capital se recuperar de sua crise estrutural inaugurada nos anos 1970.<sup>3</sup> Em momentos de crise da acumulação capitalista a

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia Política. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil. Investigador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina. E-mail: mauri.silva19@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Questão Social na América Latina. E-mail: ricbrotas@ig.com.br

<sup>3</sup> A crise estrutural do capital mantém em seu interior crises cíclicas, que são cada vez mais curtas, marcando ciclos econômicos com quatro fases: crise, depressão, recuperação e auge. Para Mészáros o sistema capitalista entrou em uma profunda crise que irá atingir não apenas o mundo das finanças globais, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. Ele escreveu que “A crise estrutural do capital que

sede vampiresca por extração de mais-valor absoluto e relativo se aguça ainda mais, colocando a classe trabalhadora em situação de graves dificuldades como veremos a seguir ao analisarmos a reestruturação produtiva e neoliberal ocorrida nas últimas décadas, no mundo e no Brasil.

A “era de ouro” do capitalismo ou de grande expansão econômica, que se produz após a Segunda Guerra Mundial, durou até o início da década de 70 (HOBSBAWM, 1995). Após o período de 1945 a 1973, com a expansão do emprego, da produção e do consumo - tempo em que se tornou possível a existência de um Estado de Bem Estar Social em alguns países da Europa, pelo menos nos países capitalistas mais avançados, o capitalismo passou a enfrentar uma nova crise de acumulação, dando início a outro período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais (HARVEY, 1994).

Em seu livro, *A condição pós-moderna*, Harvey (1994) analisa as origens e os impactos das transformações capitalistas sobre o trabalho e, em especial, aquelas decorrentes da grande crise capitalista do início dos anos 1970, teorizando a transição de um regime de acumulação fordista-taylorista para uma era de acumulação flexível, uma nova forma de o capitalismo organizar o trabalho com base nos princípios desenvolvidos na fábrica Toyota no Japão, com maior intensificação dos ritmos de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas e cooptação dos trabalhadores para o ideário empresarial.

O objetivo evidente da acumulação flexível é a tentativa de recuperar as taxas de lucro em queda através de maior exploração dos trabalhadores. Para isto seria necessário também flexibilizar a legislação trabalhista, impondo-se a desregulamentação do ordenamento jurídico chamado pelos empresários de “rígida e atrasada”. A necessidade da “modernização” da legislação trabalhista passa a ser pregada como um mantra pelos empresários escondendo o seu verdadeiro objetivo: a devolução dos trabalhadores às verdadeiramente atrasadas condições de trabalho dos inícios da revolução industrial.

De acordo com Braverman (1987) a degradação do trabalho é algo inerente ao modo de produção capitalista que foi demonstrado brilhantemente por Karl Marx em *O capital*.

---

começamos a experimentar nos anos 1970 (...) não apenas tende a romper com o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 799). Um dos mais graves problemas que resulta do sistema capitalista e das chamadas políticas neoliberais que supostamente estariam sendo aplicadas para resolver a crise é o da fome que atinge 925 milhões de pessoas em 2010, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO. “A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim” (ZIEGLER, 2013, p.32-37).

Braverman (1987) deu sequência aos estudos marxianos e argumentou que o desenvolvimento do capitalismo monopolista produz uma crescente proletarização e desqualificação dos trabalhadores. O taylorismo sintetizou e aprimorou as ideias, que germinaram durante o século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujo objetivo era transferir para as mãos das gerências o controle de todo o processo produtivo. O objetivo de Taylor através de seus métodos de controle dos tempos e movimentos do trabalhador era intensificar ao máximo o ritmo do trabalho, eliminando o desperdício dos tempos no interior de uma mesma jornada de trabalho, e deste modo, ampliar a produção e conseqüentemente a mais-valia relativa dos patrões. Os princípios tayloristas baseavam-se na separação entre a concepção e a execução das tarefas. Cabe ao administrador assumir o encargo de reunir todo o conhecimento tradicional que fora possuído pelos trabalhadores anteriormente e transformá-lo em leis, conhecimentos e regras que serão aplicados sob a imposição de ordens gerenciais. Taylor preconizava que todo trabalho cerebral deveria ser banido da oficina, pois, considerava que o trabalhador não tinha tempo para conceber o trabalho, apenas para executar. A gerência científica deveria controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. A divisão do trabalho deveria estimular a especialização por tarefas.

Segundo Braverman (1987) as principais conseqüências do taylorismo foram: a) a separação do trabalho mental do trabalho manual reduziu a necessidade de trabalhadores diretamente na produção; o aumento da produtividade diminuiu a necessidade de trabalhadores; o processo de trabalho foi dividido em lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores, com as unidades de produção sendo vigiada, corrigida, controlada e dirigida por um cérebro distante; criou-se a necessidade de controle total por centros gerenciais sobre todos os momentos da produção.

Houve resistência sindical à introdução do taylorismo não porque ele instituiria a cronometragem do tempo e estudo do movimento, mas porque os operários eram destituídos do seu conhecimento do ofício, do controle autônomo e da imposição a eles de um processo de trabalho no qual sua função era de parafusos e alavancas (BRAVERMAN, 1987). No entanto, “como a transformação da humanidade em uma ‘força de trabalho’, um ‘fator de produção’, como instrumento de capital, é um processo incessante e interminável” nos marcos da sociedade capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 124) os empresários foram dobrando a resistência dos operários através de punições, da promessa de cargos de chefias para alguns, e através de compensações salariais que os atraíam para fazer uma maior produção como passou a ocorrer nas fábricas de Henry Ford que combina os métodos do taylorismo com a

promessa de maior salário e até mesmo a possibilidade de consumo de bens produzidos pela sua fábrica. De modo astucioso, Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares, com o objetivo de não só recompensar os trabalhadores da sua linha automática de produção de carros e dar-lhes tempo e renda para gastar o dinheiro, mas também lhes impor a disciplina necessária à montagem de uma linha de produção de alta produtividade. Nos processos de produção que se tornam hegemônicos, a partir de então, há uma combinação da intensificação da exploração do trabalhador com produção em série e em massa para abastecer os mercados consumidores.

Este modelo fordista rígido é que entraria em crise nos anos 1970 passando a ser substituído pelo que se denominou modelo de acumulação flexível que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. De acordo com Harvey, ele caracteriza-se pelo surgimento de setores produtivos inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação tecnológica e organizacional (HARVEY, 2013, p.140).

Além disto, Harvey (2013) diz que ela se combina com rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual tanto entre setores como entre regiões geográficas, além de um movimento que ele chama de “compressão do espaço-tempo” no qual os horizontes temporais de tomada de decisões - públicas e privadas - se estreitaram e os avanços da comunicação possibilitaram que essas decisões alcancem um espaço geográfico cada vez mais amplo e variado.

As mudanças na organização do trabalho se articularam com mudanças na organização do Estado que foram promovidas pela burguesia e que foram denominadas de projeto neoliberal significando um ataque aos direitos sociais nomeados como responsáveis pela crise junto com o desmonte da participação direta do Estado na economia.<sup>4</sup> Empresas que pertenciam ao Estado, sobretudo em setores de infraestrutura foram privatizadas, porém a participação indireta através do aporte de recursos estatais para alavancar recursos privados cresceu como nunca, constituindo se então o Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores.

---

<sup>4</sup> Essas teses foram retomadas por Alan Greenspan, o ex-presidente do Federal Reserve (FED), no livro *O mapa e o território*, publicado recentemente. Neste livro ele critica o aumento de benefícios concedidos aos trabalhadores nos Estados Unidos da América do Norte dizendo que eles atrapalham o crescimento capitalista e que são os grandes responsáveis pelo caos fiscal que os EUA enfrentam hoje. Ele argumenta que os benefícios sociais cresceram de 4,7% do PIB, em 1965, para 15% do PIB, em 2012 (GREENSPAN, 2013).

A aceleração da mundialização do capital sob a regência do modelo de “desenvolvimento” neoliberal teve consequências desastrosas para os direitos dos trabalhadores e para a soberania de dezenas de países submetidos às diretrizes neoliberais impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

A acumulação de riqueza em mãos de uma minoria se tornou uma marca registrada do neoliberalismo, um verdadeiro enriquecimento dos ricos e empobrecimento dos pobres. A acumulação e concentração de riqueza já se fazia notar nos relatórios das Nações Unidas de 1990. “Comprovou-se que o patrimônio líquido das 358 pessoas mais ricas do mundo era ‘igual à renda combinada de 45% dos mais pobres do mundo – 2,3 bilhões de pessoas’”, disse o geógrafo britânico (HARVEY, 2013, p. 13).

Houve uma ascensão do capital financeiro que foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho. De acordo com Chesnais (1996), este aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação de mais-valor absoluto e relativo, que estão sendo utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura ditada pela alta taxa de juros. É assim considerado que “Todas as virtudes atribuídas ao ‘toyotismo’ estão dirigidas a obter a máxima intensidade do trabalho e o máximo rendimento de uma mão de obra totalmente flexível”, à qual se volta a contestar cada vez mais o direito de organização sindical, inclusive nos relatórios do Banco Mundial (CHESNAIS, 1996, p.17).

A acumulação flexível foi aplicada de modos distintos em vários países e não é possível dizer que se tenha tornado um modo de organização do trabalho com características uniformes e padronizadas em todo o globo. Especialmente em países de capitalismo dependente ou subdesenvolvido combinam-se práticas de organização do trabalho fordistas-tayloristas com o toyotismo e ainda se convive com formas de trabalho análogas à escravidão, trabalho infantil, trabalhos informais, e trabalho a domicílio, que revelam uma profunda precarização das condições de trabalho. Mas, não se pode fingir que nada mudou “quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação dos produtos nos olham de frente” (HARVEY, 2013, p. 179).

Neste contexto, emergiu com força o toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que criou o modelo na Toyota) nascido na indústria japonesa, e que tem como características: operação simultânea de várias máquinas pelo trabalhador; aumento da produção sem a necessidade de contratar novos trabalhadores; o uso de técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao Kanban com o objetivo de reposição dos produtos somente depois de sua venda; a expansão do método Kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras; a capacidade de atender a demanda por produtos diferenciados e pedidos pequenos; e o combate ao sindicalismo combativo japonês (ANTUNES, 1995, p. 24).

Pode se citar ainda: a criação de Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), onde os trabalhadores são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho com vista a melhorar a produtividade da empresa, convertendo-se em instrumento de absorção do saber operário que o fordismo desprezara; e, sobretudo, no caso japonês, a instituição do emprego vitalício para uma pequena parcela da empresa (cerca de 25 a 30% dos trabalhadores com a exclusão das mulheres) intimamente vinculados ao aumento de produtividade (ANTUNES, 2000, p. 55).

Muitas empresas brasileiras passaram a adotar métodos como círculos de controle de qualidade e programas de qualidade total a partir dos anos 1990 (ANTUNES, 2000). Elas se inseriram na onda mundial do neoliberalismo e da reestruturação produtiva buscando maior produtividade do trabalho e maior competitividade nos mercados.

Após décadas de neoliberalismo a economia mundial vive uma grande crise considerada por alguns analistas como a maior da história do capitalismo. Em 2007, a economia estadunidense já registrava problemas com o mercado imobiliário que pressagiavam mais uma crise cíclica do capital. Foi no outono de 2008 que o sistema financeiro estadunidense desmoronou. A “crise das hipotecas subprime”, como veio a ser chamada, “levou ao dismantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências” (MÉSZÁROS, 2009, p.10). E, então, o Estado anteriormente criticado pelos neoliberais foi chamado a intervir na crise, e 700 bilhões de dólares foram enviados pelo governo para as instituições financeiras consideradas “grandes demais para falir” (HARVEY, 2011, p.12).

Os efeitos da crise capitalista de 2007-2008 foi o aumento da população desempregada no mundo. A União Europeia, por exemplo, fecha 2011 com 9,7% de taxa média de

desemprego, sendo o maior índice em todo o período, enquanto a Zona Euro atinge 10,2 %, pouco menor que a taxa de 10,8% de 1996 (BOSCHETTI, 2012). Ficou bastante evidente ainda como a situação macroeconômica do mundo sobredetermina a luta contra a fome: "Em 2009, o Banco Mundial anunciava que, na sequência da crise financeira, o número de pessoas vivendo na 'extrema pobreza' (ou seja, com menos de 1,25 dólar por dia) aumentaria muito rapidamente em mais de 89 milhões", escreveu Ziegler (2013), acrescentando que em relação às 'pessoas pobres', dispendo de uma renda diária de menos de dois dólares, "seu número crescerá em mais de 120 milhões" (p. 81).

Na análise sobre a América Latina e Caribe, percebe-se que a partir de 2004 houve um desenvolvimento melhor em função do crescimento cíclico da economia mundial com taxas de crescimento de 5,0% em 2005 e 5,8% nos anos de 2006 e 2007. Mas, "em 2008, já sob os efeitos da crise econômica mundial, essa taxa se desacelera para 4,1% e, em 2009 a recessão se estabelece com toda força na região, com uma taxa negativa de crescimento do PIB (-2,3%)" (CARCANHOLO, 2011, p. 100). As taxas medíocres de desempenho depois de décadas de neoliberalismo revelam o aprofundamento do capitalismo dependente na região com intensa reprimarização de suas economias e manutenção da superexploração da força de trabalho como forma de se inserir na economia mundial.

Em seu informe anual *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2013*, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) assinala os fatores do baixo crescimento de 2,6% ao final de 2013. Para a Cepal houve um menor dinamismo da demanda externa, uma maior volatilidade financeira internacional e uma queda no consumo que incidiram em um desempenho econômico mais modesto dos países em 2013, o que fez cair a estimativa de 3,0% prevista pelo organismo em julho passado. A Cepal projeta uma expansão de 3,2% das economias da América Latina e o Caribe em 2014. Se projeta que o Brasil cresça 2,6% (CEPAL, 2014). Tudo isto nos parece muito otimista diante de um cenário internacional em que desponta a desaceleração da economia chinesa e os problemas da economia estadunidense e europeia que refletirão negativamente nos países da periferia.

No Brasil os efeitos da crise foram sentidos de forma mais lenta que nos países centrais. No entanto, as repercussões da crise levaram os empresários a defenderem a retirada de direitos trabalhistas para combater a crise econômica, propondo a redução da jornada de trabalho com redução de salários. Muitos sindicatos no país assinaram acordos neste sentido,

com a justificativa de que era necessário para manter os postos de trabalho (PERONDI, 2011). Para os empresários brasileiros há excesso de leis trabalhistas que aumentam o chamado “Custo Brasil” e impede a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional.<sup>5</sup>

## 2 - O aprofundamento do capitalismo dependente no Brasil

Na América Latina os teóricos marxistas da dependência como Florestan Fernandes, Rui Mauro Marini e Darcy Ribeiro, ancorados em pensadores que os antecederam como José Martí, Karl Marx, Vladimir Lênin, e Ernesto Che Guevara, mostraram que os países latino-americanos ao se tornarem independentes em relação às metrópoles coloniais não romperam com a dominação econômica externa. Na concepção leninista estes países gozam nominalmente de independência política, mas na realidade “estão presos nas redes de uma *dependência financeira e diplomática*” (LENIN, 1985, p. 84, grifos meus). Portanto, a categoria de dependência implica uma situação na qual uma economia está condicionada pelo desenvolvimento de outra a quem está subordinada. De acordo com Carcanholo (2011, p. 101), desde os tempos coloniais, os países latino-americanos estão conectados estreitamente às estratégias de expansão dos países centrais, mas com manifestações internas nos “arranjos” social, político e ideológico que reproduzem a condição de subdesenvolvimento.

Em uma palestra intitulada *Soberania política e independencia económica* em uma série de televisão intitulada “Universidade Popular” na qual falavam os líderes da Revolução, Guevara disse que a soberania política é indissociável da soberania econômica. Sem que se garanta a soberania econômica de um país a soberania política não passa de uma palavra fácil sem conexão com a realidade. Por isto, a soberania política alcançada por Cuba com a Revolução de 1959 só se completaria na medida em que o poder revolucionário conseguisse

---

<sup>5</sup> Os custos do trabalho no Brasil não são tão altos como afirmam os empresários. O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socio-Econômicos (DIEESE) desmistifica esta questão em artigo intitulado *Redução da Jornada de Trabalho – Resposta à “cartilha” da CNI, “Redução da Jornada de Trabalho – Mitos e Verdades”*. Um exemplo citado é o do custo da hora-salário nas indústrias que a valores referentes ao ano de 2007, fornecidas pelo U.S. Department of Labor Statistics (março de 2009) eram de 24,59 dólares norte-americanos nos Estados Unidos da América do Norte, enquanto no Brasil, era de 5,96 dólares (DIEESE, 2009). Portanto, num país em que o salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas do cidadão com alimentação, higiene, moradia, educação, transporte, lazer, vestuário, entre outras coisas, deveria ser de R\$ 2.873,56 em maio de 2013 conforme os estudos do DIEESE e é fixado pelo governo federal em R\$ 678,00, a ladainha dos empresários contra o Custo Brasil é pura demagogia (DIEESE, 2013). Em 2014 o salário mínimo foi reajustado para R\$ 724,00 (DIEESE, 2014).



implantar as mudanças que levassem à soberania econômica expropriando os monopólios estrangeiros que dominavam a economia nacional. De acordo com Guevara a soberania política diz respeito a que um povo tem de eleger um governo e escolher o modo de vida que melhor lhe convenha, porém, se ele não tem soberania econômica esta soberania política não existe. Diz Guevara (2010): “Si no hay economía propia, si se está penetrado por um capital extranjero, no se puede estar libre de la tutela del país del cual se depende, ni mucho menos se puede hacer la voluntad de esse país si choca com los grandes intereses de aquel outro que la domina economicamente” (p. 105).

Para Marini (2012), o fundamento da acumulação no capitalismo dependente é a busca de superlucros que se obtém pela extração de mais-valor extraordinária, pagando-se salários de fome aos trabalhadores. A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial (MARINI, 2012, p.52).

Destacamos aqui o modelo explicativo encontrado na obra de Darcy Ribeiro, *O dilema da América Latina (1978)*, onde o autor situa a identidade dos distintos povos latino-americanos em sua condição de proletariado externo dos centros do capitalismo mundial e insere a trajetória destes povos nas diferentes etapas da civilização: revolução mercantil, revolução industrial e revolução pós-industrial. Ribeiro (1978) explica que é geralmente aceita a afirmação de que o principal determinante do destino dos povos modernos decorre da onda de transformações econômicas e sociais que ficou conhecida como Revolução Industrial. Ribeiro acrescenta duas ordens de constrição à Revolução Industrial. A primeira decorrente da disputa pelo excedente entre as classes patronais e assalariadas e a segunda decorrente dos modos de integração dos diferentes povos na civilização industrial. Ele divide essa incorporação em duas modalidades. Na primeira os povos se integram de modo autônomo através de uma *aceleração evolutiva*, como foi o caso dos Estados Unidos, Inglaterra e França. Em outros povos, como os latino-americanos, ocorreu a *incorporação ou atualização histórica* que “os conforma como povos dependentes que não existem para si, mas para atender às condições de vida e de prosperidade de outros” (RIBEIRO, 1978, p. 19, grifos do autor).

Ribeiro (1978) destaca que nos países incorporados pela via da atualização histórica, muitas vezes são utilizadas tecnologias das mais avançadas, mas no limite necessário para

tornar mais próspera à economia dependente e mantendo sempre a situação de dependência. Surgem assim, sociedades deformadas estruturalmente, incapazes de superá-las pelo simples funcionamento do seu sistema, pois sua prosperidade está voltada para o enriquecimento de núcleos externos. Há um pequeno núcleo local das classes dominantes articuladas ao sistema econômico externo, ostentando riqueza em meio à pobreza generalizada.

As ditaduras militares no continente latino-americano cristalizaram a dependência externa, a superexploração do trabalho, e a desintegração social como alicerces fundamentais da acumulação de capital na região.

Com a implementação das políticas econômicas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional promoveu-se um brutal achatamento salarial e a concentração da renda nos estratos superiores da sociedade. No Brasil, a partir do golpe militar de 1964 o salário mínimo teve uma queda de 55% e segundo estudos do próprio Ministério do Planejamento, o salário do trabalhador industrial brasileiro caiu entre 1963 e 1966 de 131 para 119 pontos, num índice que tomava 1955 como base igual a 100. Sobre a base dos censos demográficos de 1960 e 1970 constatou-se que 5% da população que recebiam as rendas mais altas possuíam, em 1960, 27,4% da renda total do país, e em 1970 recebiam 36,3% da mesma (SANTOS, 1994).

Entre o final da ditadura militar em 1985 e as eleições diretas de 1989 finalizou-se a chamada “transição democrática” – iniciada em 1979 com a lei de anistia e a liberdade de organização partidária - que promoveu a redemocratização, ampliou direitos sociais na Constituinte de 1988, mas preservou as balizas do regime liberal burguês.

A ascensão de um projeto político e econômico neoliberal se deu com a eleição de Fernando Collor de Melo, em 1989. A partir de então a reestruturação produtiva e a desregulamentação dos direitos do trabalho adquiriram intensidades sem precedentes. Foram implementados processos de *downsizing* nas empresas, reduzindo-se o número de trabalhadores, diminuindo-se os níveis hierárquicos, e aumentando a superexploração do trabalho. O fordismo brasileiro ainda dominante se mescla com novos processos produtivos, entre eles as formas de acumulação flexível com elementos oriundos do toyotismo e do modelo japonês (ANTUNES, 2011).

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) deu continuidade ao projeto neoliberal de Collor, promovendo as privatizações em larga escala e os ataques aos direitos trabalhistas conquistados pela luta histórica dos trabalhadores (CANO, 2000). Durante seu governo os processos de terceirização, flexibilização, cooperativização, informalização entre

outras estratégias de precarização das relações de trabalho defendida pelos capitalistas encontraram eco na política governamental, com a quebra da estabilidade dos servidores públicos permitindo-se a demissão por “excesso de despesas”, o projeto de lei de contratação temporária de dois anos com redução de encargos sociais, a livre-negociação que entrega os trabalhadores às garras do capital sem nenhuma possibilidade de proteção estatal aos salários, a revogação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que garantia fatores inibidores à demissão sem justa causa e a criação do banco de horas-extras para que elas fossem compensadas em períodos de menor produção da empresa.

Com o desgaste do governo Cardoso em função das baixíssimas taxas de crescimento da economia mundial e brasileira, nas eleições de 2002 elegeu-se o presidente Lula despertando a esperança do povo brasileiro em mudanças para melhor (ANTUNES, 2011), no entanto, suas primeiras medidas de governo no primeiro semestre de 2003 foram o ataque à previdência dos servidores públicos, e a adoção de uma política macroeconômica conservadora com base nos mesmos pressupostos dos governos Collor e Cardoso.

Orientado pelo Banco Mundial, Lula enfrentou uma de suas principais bases de apoio, os servidores públicos, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de reforma do regime de previdência dos servidores públicos. O benefício teto da previdência geral administrado pelo INSS ficou valendo como teto da previdência do serviço público (3,9 mil reais); as contribuições previdenciárias sobre o que ultrapassa este valor para os novos ingressantes na carreira pública serão administrados por um fundo de previdência complementar (Cf. Jornal do Fórum estadual dos servidores públicos federais em SC, 2012, p. 5).

Como a economia mundial passou por um ciclo de retomada de crescimento a partir de 2004, houve pequena melhoria na distribuição de renda por intermédio do Programa Bolsa Família que dá um benefício mensal a 13 milhões de famílias pobres e da ampliação do valor do salário mínimo que foi corrigido por índices acima da inflação<sup>6</sup>, bem como na ampliação da geração de empregos, porém, 93,57% concentrados na faixa de 0 a 3 salários mínimos, segundo dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho e

---

<sup>6</sup> Mediante negociações entre governo e sindicatos ficou estabelecida no Brasil uma política de valorização do salário mínimo até 2023. A política acordada em 2007 prevê a revisão anual do valor do salário com base na inflação do último ano, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), além do estabelecimento da data-base da revisão em janeiro. De acordo com o Dieese com o estabelecimento do novo valor do salário mínimo de 2014 para R\$ 724,00 houve um aumento real de 72,35% em relação ao salário mínimo de abril de 2002 que era de R\$ 200,00. Quanto à distribuição dos ocupados, por faixas de rendimentos em todos os trabalhos no Brasil, 31,4% dos trabalhadores brasileiros vivem com renda de até um salário mínimo, 37,8% vivem com renda de 1 a 2 s. m. e 30,8% vivem com renda acima de 2 s.m. (DIEESE, 2014).

Emprego (CAGED/MTE) referentes ao ano de 2010.<sup>7</sup> Quanto à distribuição de renda o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos (DIEESE) afirma que houve queda no índice de Gini da distribuição de renda familiar *per capita* de 0,596 em 2001 para 0,593 em 2009, e que a partir de 2003 a melhoria da distribuição de renda foi acompanhada de elevação da renda média dos brasileiros, “mas o Brasil continua a ter elevada concentração de renda” (DIEESE, 2012b, p. 332). Em 2009, os 10% mais ricos se apropriavam de 42,8% da renda identificada pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) e o 1% mais rico, de 12,1 % (DIEESE, 2012b, p. 350). Criou-se assim uma sólida base social para a eleição de Dilma Rousseff como sucessora de Lula.

Desde o final do ano de 2008 já se fazia sentir no Brasil os efeitos da crise mundial estourada no centro do capitalismo, nos Estados Unidos da América do Norte, se refletindo em diminuição das taxas de crescimento em comparação à média dos anos anteriores da gestão de Lula.<sup>8</sup>

O governo Lula que poderia ter ao menos iniciado o primeiro confronto contra o modelo neoliberal no Brasil se tornou dele prisioneiro e várias medidas foram realizadas no sentido de facilitar a exploração do capital sobre o trabalho (ANTUNES, 2011).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, como o grande programa de investimentos do governo Lula para promover o crescimento econômico, tinha sua plataforma voltada para os investimentos em infraestrutura. Fazia parte ainda do PAC uma mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal, ao estabelecer que até o ano de 2016, as despesas do governo federal com o funcionalismo público não excederiam ao valor do ano anterior, corrigido pelo índice de inflação e acrescido de 1,5% ao ano.

A tentativa de flexibilizar os direitos trabalhistas assegurando que o negociado prevaleça sobre o legislado iniciou-se com o PL nº. 5.483/2001, durante o governo Cardoso, sofrendo forte oposição das centrais sindicais, principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 2003, o presidente Lula solicitou ao Senado a retirada e o arquivamento do projeto. Eis que dez anos depois surge a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACE) forjado no Sindicato dos Metalúrgicos de São

---

<sup>7</sup> Ver Barbosa (2012, p. 42).

<sup>8</sup> De acordo com os *Indicadores econômicos consolidados 2014* divulgados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) as taxas de crescimento da economia brasileira após o estouro da crise de 2007/2008 nos EUA foram de 6,1% em 2007, 5,2% em 2008, -0,3% em 2009, 7,5% em 2010%, 2,7% em 2011 e 0,9% em 2012 (Indicadores econômicos consolidados, 2014). Em 2013, possivelmente não alcançou 2,5% (CARDOSO E MINEIRO, 2014).

Bernardo do Campo, o berço da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que flexibiliza direitos trabalhistas, autorizando que o acordado entre patrões e empregados prevaleça sobre o legislado.

O anteprojeto da CUT, que contou com apoio do governo da presidente Dilma Rousseff para o seu envio ao Congresso Nacional como iniciativa do poder executivo, foi enviado aos deputados e senadores e autoriza flexibilizar todos os direitos inclusive os relativos à segurança do trabalho, entre elas a Norma Regulamentadora 18 do Ministério do Trabalho e Emprego, que prevê normas de segurança para a construção civil.

Novas mudanças na previdência também foram anunciadas. Fernando Henrique Cardoso em 1999 acabou com o direito de o trabalhador se aposentar com salário integral cumprindo 35 anos de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e instituiu o Fator Previdenciário. Por este fator, o cálculo da aposentadoria leva em conta o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de sobrevida após a aposentadoria. Por esta fórmula se chega a reduzir até pela metade o valor do benefício do trabalhador quando ele se aposenta, a não ser que ele trabalhe muito mais. Durante o governo Lula, sob pressão do movimento sindical, o Congresso chegou a aprovar o fim do fator previdenciário, mas Lula vetou o mesmo.

Atualmente se discute a troca do Fator Previdenciário pela fórmula 85/95. Por esta nova fórmula, o trabalhador para receber o benefício a que teria direito pela lei anterior ao se aposentar, a soma de sua idade e tempo de contribuição teria que chegar a 85 (mulher) e 95 (homem). Discute-se também que esta fórmula progrida no tempo até chegar a 95/105. A fórmula é injusta para os que trabalham desde cedo, os filhos da classe trabalhadora.

Para agravar a situação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ainda no final do ano de 2012, em Brasília, um documento intitulado “*101 Propostas para Modernização Trabalhista*”, que prevê uma nova rodada de ataques aos direitos do trabalho. Entre as propostas podemos destacar o fim das férias integrais, podendo ser esta parcelada ao longo do ano; o fim do turno de 6 horas nas fábricas que funcionam ininterruptamente; o banco de horas passa a ser negociado com o sindicato da categoria hegemônica na empresa; a adoção de negociações individuais com as chefias; o fim da hora noturna de 52,5 minutos; não computação do deslocamento do trabalhador entre o cartão ponto e o posto de trabalho como tempo de trabalho, o fim da ultratividade das normas do contrato coletivo enquanto não se firma novo acordo por meio de negociações etc.

A acomodação do novo sindicalismo cutista ao poder levou ao enfraquecimento da

resistência, no entanto, o aprofundamento da crise obriga os trabalhadores a se organizarem nos sindicatos para defender seus direitos por meio de greves e negociações com o patronato e o governo (DIEESE, 2012a). A organização sindical demonstra cada vez mais sua relevância histórica. Funcionários públicos lutando por melhores salários e planos de carreira e trabalhadores da iniciativa privada por mais direitos, por garantia de manutenção das cláusulas dos acordos coletivos e contra a retirada de direitos fizeram 518 greves em 2009 e 446 em 2010 (DIEESE, 2012c).

A inquietação social explode em greves contra a perda de direitos em todos os continentes. Em 2012 ocorreram 873 greves no Brasil, num aumento de 58% em relação a 2011, e o maior número desde o ano de 1997 (DIEESE, 2013).<sup>9</sup> Houve massivas greves nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento, onde os trabalhadores laboram em condições sub-humanas e uma grande onda de manifestações populares por direito à moradia, à saúde, à educação e aos transportes públicos de qualidade, eclodiu em junho de 2013 demonstrando que as insatisfações do proletariado não foram silenciadas pelas negociações de cúpulas realizadas entre as centrais governistas, governo e empresários (MARICATO, 2013).

Empurradas pelo movimento das ruas as centrais sindicais foram obrigadas a convocar um Dia Nacional de Mobilizações, Paralisações e Greves no dia 11 de julho de 2013 em defesa de uma plataforma de lutas trabalhistas e sociais: reduzir o preço e melhorar a qualidade dos transportes públicos; mais investimentos na saúde e educação pública; fim do fator previdenciário e aumento das aposentadorias; redução da jornada de trabalho; fim dos leilões das reservas de petróleo; contra o PL 4330 da terceirização; e, reforma agrária.

### **3 - Conclusão**

A crise estrutural do capitalismo iniciada nos anos 1970 confirma que o custo mais elevado dela é descarregado nas costas dos trabalhadores com a perda de empregos e direitos trabalhistas. Apesar do discurso de livre mercado continuar sendo repetido por políticos e empresários, as empresas capitalistas são continuamente socorridas pelos Estados através do

---

<sup>9</sup> As principais motivações das greves deste período foram reajuste salarial (41%); introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação (27%); cumprimento, implantação e/ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (23%) e paralisações relativas à Participação nos Lucros ou Resultados (19%). 18% das greves foram motivados por atraso no pagamento de salários (DIEESE, 2013).

uso de volumosos recursos do fundo público. Confirma-se assim a centralidade do Estado na dominação das classes subalternas e na manutenção dos poderes econômicos e políticos da classe dominante.

Em pleno século XXI a degradação do trabalho, seja sob o taylorismo-fordismo ou o toyotismo, se combina com as formas mais degradantes de trabalho como as análogas à escravidão e o trabalho infantil evidenciando que não é possível qualquer perspectiva de melhorias sociais nos quadros deste sistema econômico e social. O que importa para os capitalistas é aumentar suas taxas de mais-valor por meio da intensificação da exploração de trabalho vivo na produção, o que só pode ser feita através de processos de trabalho que diminuam as porosidades no interior de uma mesma jornada de trabalho. Além disto, barateiam o custo da força de trabalho através da retirada de direitos trabalhistas e por meio da transferência da produção para países onde os salários são menores.

A superexploração do trabalho se mantém hegemônica na América Latina e no Brasil. As pequenas melhorias ocorridas num momento de ascensão da economia mundial já estão sendo questionadas pelo pensamento conservador que ataca as políticas de concessão de benefícios sociais e melhorias salariais como foi manifestado recentemente pelo ex-presidente do FED, Alan Greenspan.

Nos últimos anos vem crescendo o ataque dos empresários aos direitos dos trabalhadores, inclusive sob a forma de iniciativas de mudanças legislativas para aniquilar as conquistas históricas do proletariado.

Uma nova retomada de greves vem se manifestando como forma de resistência às degradantes condições de vida que o capital impõe aos trabalhadores do mundo.

Por fim, frente às ofensivas do capital tornam-se urgentes e necessárias as iniciativas que visem reorganizar o movimento sindical combativo para resistir a estas medidas e construir uma luta ofensiva por novos direitos, que no caso brasileiro inclua entre outros temas, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, a proteção ao direito do trabalho, o fortalecimento dos serviços públicos de saúde, educação, previdência, cultura, a efetivação da reforma agrária, uma reforma tributária que penalize os ricos e desonere os pobres, a democratização dos meios de comunicação etc. Estas lutas imediatas devem estar ligadas à construção de uma força organizacional e ideológica que acumule forças diante da barbárie contemporânea.

## Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BARBOSA (Org.). *O BRASIL REAL: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BOSCHETTI, I. A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social europeus. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.112, (out/dez.2012). p. 754-803.
- BRASIL. *Constituição Federal do Brasil*. 5ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista* – A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CARDOSO, J. A.; MINEIRO, A. *O problema do câmbio*. São Paulo: DIEESE, 2014.
- CARCANHOLO, M. Integração regional dentro de uma alternativa de desenvolvimento. In MATTEI, L. (org.). *América Latina no limiar do século XXI* – Temas em debate. Florianópolis: Insular, 2011.
- CEPAL. *Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2013*. Santiago: Autor, 2014.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *101 Propostas para Modernização Trabalhista*. Brasília: Autor, 2012. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br>>. Acessado em 10 dez. 2013.
- DIEESE. Cesta Básica Nacional - *Salário mínimo nominal e necessário*. São Paulo: Autor, 2013. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acessado em 12 de junho de 2013.
- DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores 1996-97*. São Paulo: Autor, 1998.



DIEESE. *Redução da Jornada de Trabalho – Resposta à “cartilha” da CNI, “Redução da Jornada de Trabalho – Mitos e Verdades”*. São Paulo: Autor, 2009.

DIEESE. *Balanço das negociações salariais em 2011*. São Paulo: Autor, 2012a.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Autor, 2012b.

DIEESE. *Balanço das greves em 2009 e 2010*. São Paulo: Autor, 2012c.

DIEESE. *Balanço das greves em 2012*. São Paulo: Autor, 2013.

DIEESE. *Política de valorização do salário mínimo: Valor para 2014 será de R\$ 724,00*. São Paulo: Autor, 2014. (Nota Técnica n.132).

FERNANDES, F. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GREENSPAN, A. *O mapa e o território: Risco, natureza humana e o futuro das previsões*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2013.

GUEVARA, E. Soberanía política e independencia económica. En *Che Guevara presente – Antologia mínima*. La Habana: editorial de Ciencias Sociales, 2011.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2013.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBSBAWN, E. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

*Indicadores econômicos consolidados*. Brasília: Banco Central do Brasil (Bacen), 2014. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acessado em 08 de jan. de 2014.

*Jornal do Fórum estadual dos servidores públicos federais em SC*. Florianópolis: Autor, 2012.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo - Fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

- MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MARTÍ, José. *Nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro 1; Volume 1. – 15ª. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.*
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo/Campinas, Unicamp/Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI – Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- PERONDI, E. *Conciliação e Precarização – a política trabalhista do governo Lula (2003-2010)*. Florianópolis: Editoria em Debate, 2011.
- RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina - Estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, T. *Evolução histórica do Brasil – Da colônia à crise da “Nova República”*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- ZIEGLER, J. *Destruição em massa – Geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.